



PARECER DE CONTROLE INTERNO

Processo: 7/2023-310701

Dispensa de Licitação

Assunto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ITENS PARA COMPOR 1.276 (HUM MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS) KITS DORMITÓRIOS, COM A FINALIDADE DE SEREM DISTRIBUÍDAS PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA A FIM DE MINIMIZAR OS PREJUIZOS CAUSADOS PELAS FORTES CHUVAS NO MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ/PA– Dispensa Art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 243-A de 14 de abril de 2005, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

OBJETO

1. Contratação emergencial motivada à situação de emergência no âmbito municipal para aquisição de itens para compra 1.276 kits dormitórios com intuito de amenizar a vulnerabilidade de parte da população atingidas pelas fortes chuvas neste Município.

RELATÓRIO

2. Estão presentes: Termo de Referência, Ato Constitutivo e documentos pessoais dos sócios, Cartão CNPJ, Inscrição Estadual, Certidão de Regularidade de FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão

Avenida Getulio Vargas, 534, térreo - Centro - CEP: 68.617-000 - Cachoeira do Piria - Pa



Prefeitura Municipal de
Cachoeira do Piriá
Governo Solidário
CNPJ: 01.612.360/0001-07



Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Falência, Certidão Negativa de Natureza Tributária e Não Tributária – SEFA/PA, , Solicitação de Abertura de Processo Administrativo, Autuação, Despacho do Gestor Municipal, Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Declaração de Dispensa de Licitação, Autorização, Decreto de situação de emergência, Declaração de disponibilidade orçamentária, justificativa de contratação direta, parecer jurídico, termo de homologação, extrato de publicação de homologação, Contratos Administrativos e extratos de publicação dos mesmos.

FUNDAMENTAÇÃO

3. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 175, condicionou a aquisição de bens e serviços à realização de prévio procedimento licitatório, no entanto, a própria Carta Magna ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem necessidade de tal procedimento, conforme depreende o Inciso XXI do Art. 37.

4. Desta feita a Lei Federal nº 8.666/93 excepciona, em seus artigos 24 e 25, a regra de prévia licitação, ora em razão de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, mas pela particularidade do caso, o interesse público a reputaria inconveniente, como é o caso da dispensa, o Art.24, da referida Lei, prevê, em arrolamento exaustivo, as hipóteses em que a licitação fica dispensada.

5. Com relação à situação emergencial, o art. 24, IV assim dispõe:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de



Prefeitura Municipal de
Cachoeira do Piria
Governo Solidário
CNPJ: 01.612.360/0001-07



atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

CONCLUSÃO

6. Este Setor de Controle Interno declara que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade. É o Parecer.

Cachoeira do Piria/PA, 07 de agosto de 2023.

CARLOS SORIANO DA SILVA JUNIOR
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 075/2023